

A crise da democracia no mundo contemporâneo

Andrea Ribeiro Hoffmann

Resumo

O presente artigo explora a crise da democracia no âmbito dos Estados-nacionais e no âmbito global, evidenciada na crise da ordem liberal e do sistema multilateral, assim como a relação entre essas duas crises, e possíveis desdobramentos a partir do contexto brasileiro.

Abstract

The present article explores the crisis of democracy at the national-state and global levels, evidenced in the crisis of the liberal order and of the multilateral system, as well as the relationship between these two crises, and possible developments in the Brazilian context.

Introdução

Ainda que não haja um consenso sobre o conceito de democracia, compartilha-se hoje no mundo a percepção de que a democracia está em crise. A literatura acadêmica, artigos na imprensa tradicional, posts nas mídias sociais analisam o fenômeno, explorando definições, causas, e possíveis soluções. Este breve artigo discute a crise da democracia a partir de dois eixos: primeiramente, a crise ‘doméstica’ da democracia, nos Estados-nacionais, onde se observam rupturas e desgas-

tes nos níveis político-institucional e sociocultural. O segundo eixo é a crise da ordem liberal internacional, estabelecida no final da Segunda Guerra Mundial, que gerou a criação de uma série de instituições e organizações multilaterais nos níveis regionais e global, e que incorporaram em suas agendas a promoção e proteção dos direitos humanos e da democracia. O artigo conclui com reflexões sobre a relação entre essas duas crises, e possíveis desdobramentos a partir do contexto brasileiro.

Crise da democracia em Estados-nacionais

Diversas práticas de organização social e política se desenvolveram ao longo da história; suas formas, origens, relação com níveis de violência, in/exclusão e (des)igualdades, são objeto de estudo e reflexão há milênios. Tomando-se o contexto mais recente, Samuel Huntington (1991) argumenta que processos de democratização, i.e, transições de regimes políticos não-democráticos para democráticos, ocorrem em ondas, a primeira tendo ocorrido entre 1826 e 1926, a segunda após a Segunda Guerra Mundial, nos anos 1960-70s, e a terceira onda, após o final da Guerra Fria, nos anos 1990s. Democracia, no entanto, é um conceito contestado (KURKI, 2010), e não há um consenso com a definição adotada por Huntington, que segue os parâmetros desenvolvidos por Robert Dahl (1971), e inclui os requerimentos mínimos de competição, inclusão e garantia de liberdades civis.

Apesar da falta de consenso sobre o conceito de democracia e sobre as melhores formas e modelos de democracia (HELD, 2006), narrativas sobre a fragilidade e retrocessos nos processos de democratização são recorrentes tanto na literatura acadêmica como análises na imprensa tradicional e mídias sociais. Estudos quantitativos oferecem estatísticas com base em vários indicadores empíricos; Diamond (2021) utilizando dados da Freedom House, Economist Intelligence Unit e V-DEM, argumenta que 2006 foi o ano pico da democracia desde a terceira onda, quando 57% dos países com mais do que 1 milhão de pessoas tinham regimes democráticos, equivalente à 61% da população mundial. Em

2019 esses valores caíram para 48% e 55%, respectivamente. Este autor aponta que diferentemente das ondas anteriores, este retrocesso se deve menos a rupturas tais como golpes militares, e mais a processos incrementais de ‘estrangulação’ democrática, com a implementação de medidas graduais por parte dos executivos que enfraquecem a capacidade de ‘checks and balances’ institucionais, partidos da oposição, independência da mídia e espaço de atuação da sociedade civil. O gradualismo também é enfatizado por Levitsky & Ziblatt (2018) em sua obra amplamente referenciada sobre ‘como as democracias morrem’, onde também argumentam que para além das ideologias partidárias liberais ou conservadoras, as desigualdades sociais, econômicas e culturais são centrais para compreender processos de erosão democrática. Brown (2019) também destaca as desigualdades e ansiedades existenciais geradas pelo neoliberalismo. Norris & Inglehart (2019) chamam atenção para tendências populistas de direita a partir da clivagem entre liberalismo e conservadorismo social. O populismo em si retoma espaço na discussão acadêmica (MUDDE & KALTWASSER, 2017; MOUFFE, 2018).

Outro aspecto relevante para compreender a crise atual das democracias domésticas é a polarização. Bernaerts & all (2022) definem polarização com um processo no nível macro, que leva atores a se distanciarem, ou se sentirem mais distantes. Esses autores diferenciam a polarização de ideias (ideias políticas, pontos de vista, moral, ideologias) da polarização de identidades, que se relacionam com quem os atores são, como se sentem, e que está mais influenciada por emoções, e argumentam que embora ambos os tipos de polarização desafiem regimes democráticos, seus efeitos dependem do tipo de democracia, sendo sistemas consensuais, por exemplo, mais capazes de acomodar polarizações do que sistemas majoritários. A questão da polarização e das emoções e percepções também é destacada por Merkel (2022), mas para quem as crises econômicas- financeiras, como a de 2008, também são fatores centrais para compreender a crise contemporânea das democracias, especialmente na Europa. Essas crises acirraram a divisão da sociedade entre grupos urbanos, de classe média alta com educação,

grupos de classe média baixa, com menos educação que sofreram mais com a crise econômica. Entre estes últimos, se diferenciam dois grupos, os nacionalistas com tendências xenófobas e abertos a líderes populistas de extrema-direita, e os grupos associados a sociais-democracias mais tradicionais, mas que em grande medida viraram para a direita com a crise e aumento das desigualdades e outras crises tais como a crise de refugiados, climática e a pandemia COVID-19. Outros autores e analistas destacam a revolução digital e as novas formas de comunicação como tendo um efeito multiplicador da polarização e fragmentação (CASTELLS, 2018).

No caso da América Latina, Sanahuja & Burian (2020) destacam a ascensão do que chamam a nova direita conservadora patriota, da qual Bolsonaro seria exemplar:

Neste cenário, a insatisfação dos perdedores, ou os autopercebidos como perdedores da globalização permite que as novas ultradireitas encontrem bases sociais para seu projeto político. Como um ‘contramovimento’ polanyano, conseguem se apresentar como agentes protetores da sociedade e mobilizar setores populares, classes médias e médias baixas, urbanas e rurais, afetadas pela crescente precariedade e incerteza sobre as mudanças socioeconômicas. Essas situações facilitam o questionamento das teleologias do progresso e da globalização e outros processos de repolitização que se traduzem em rejeição do cosmopolitismo, e reconhecimento da diversidade social e do multiculturalismo. (SANAHUJA & BURIAN, 2020, p.25).¹

Princípios democráticos e a ordem internacional

No que se refere ao contexto internacional, o início do Século XXI foi marcado pela chamada ‘crise do multilateralismo’, com a contestação por parte dos países emergentes, como os BRICS, e de atores da socie-

1 Tradução livre da autora.

dade civil global com as limitações da ordem (liberal) global (STEPHEN & ZURN, 2021). A ordem internacional promovida pelos EUA desde o final da Segunda Guerra Mundial se assentou na premissa da superioridade dos regimes democráticos para promoção da paz e desenvolvimento, ainda que uma agenda de proteção e promoção da democracia no âmbito multilateral só tenha sido estabelecida depois do final da Guerra Fria, nos anos 1990s, e que não tenha sido necessariamente priorizada.² Ikenberry analisou a ordem global em diversas publicações, para este autor, a ordem liberal global está em uma crise sem precedentes, embora mantenha o tom otimista:

Por sete décadas o mundo tem sido dominado por uma ordem liberal ocidental. Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e seus parceiros construíram uma ordem internacional multifacetada e abrangente, organizada ao redor da abertura econômica, instituições multilaterais, cooperação na área de segurança e solidariedade democrática. Os EUA se tornaram o 'primeiro cidadão' desta ordem, provendo liderança hegemônica, ancorando alianças, estabilizando a economia mundial, promovendo cooperação e valores do 'mundo livre'. A Europa Ocidental e o

2 Durante a Guerra Fria as referências à democracia foram poucas e vinculadas a normativa de Direitos humanos (1948 Universal Declaration of Human Rights, Art.21: 'the will of the people' as the 'basis of the authority of government'; 1966 International Covenant on Civil and Political Rights, Art.25: 'will of people' to be discerned through 'periodic and general elections' (now ca 85% states). Após o final da Guerra Fria referências mais diretas passaram a ser incorporadas: 1993 Vienna Declaration and Programme of Actions adopted by the World Conference on Human Rights, paragraph 8 of section I: 'democracy, development and respect for human rights and fundamental freedoms are interdependent and mutually reinforcing'; 1996 UN Human Rights Committee, General Comment 25 ; 1996 Agenda for Democratization by Boutros-Boutros Ghali ; UN Commission on Human Rights, Resolution 1999/57 on the 'Promotion of the Right to Democracy', and Resolution 2000/47 on 'Promoting and Consolidating Democracy'; 2005 United Nations Democracy Fund – UNDEF; 2007 15th September as International Day of Democracy. No âmbito regional diversas organizações tais como a OEA, UE, Mercosul adotaram agendas de promoção e proteção da democracia (Pevenhouse 2005; van der Vleuten & Ribeiro Hoffmann, 2010).

Japão emergiram como parceiros chave, atrelando sua segurança e economia a esta ordem liberal alargada. Após o final da Guerra Fria, esta ordem continuou se alastrando; países na Ásia, Europa Oriental e América Latina realizaram transições democráticas e se integraram na economia mundial. À medida que a ordem pós-guerra expandiu, também expandiram as instituições de governança. A OTAN expandiu, a OMC foi criada, o G20 ocupou o palco central. Olhando o mundo no final do século XX, podemos ser desculpados por termos pensado que a história estava se movendo em uma forma progressiva e na direção liberal internacionalista. Hoje, esta ordem liberal internacional está em crise. Pela primeira vez desde os anos 1930s, os EUA elegeram um Presidente que é ativamente hostil ao internacionalismo liberal. A ordem global está cedendo para várias misturas de nacionalismo, protecionismo, esferas de influência e projetos regionais de poder..[no entanto] considero que apesar de seus problemas, o internacionalismo liberal ainda tem um futuro (IKENBERRY, 2018, p. 7).³

Outros autores como Amitav Acharya (2014, 2018) ou Oliver Stunkel (2020) discutem outros tipos de ordens globais possíveis além da liderada pelos EUA, em sua visão, mais inclusivas, no entanto, a relevância dos princípios democráticos e dos direitos humanos na ordem global tem sido cada vez mais questionável à medida em que se delineia uma disputa hegemônica entre os EUA e a China, sobretudo no contexto após a invasão russa da Ucrânia.

Reflexões Finais

Estudos quantitativos da literatura de transições democráticas e processos de democratização da política comparada buscam encontrar padrões e fatores causais estruturais comuns para erosão democrática simultânea em tantos países do mundo contemporâneo. Análises qua-

3 Tradução livre da autora.

litativas e estudos históricos buscam compreender os contextos locais e especificidades de governos autoritários conservadores de extrema direita como os de Donald Trump nos EUA, Viktor Orbán na Hungria, Rodrigo Duterte nas Filipinas, Narendra Modi na Índia, e Jair Bolsonaro no Brasil. Na literatura de Relações Internacionais, as discussões sobre a crise do multilateralismo e a crise da ordem liberal global têm explorado os efeitos de uma possível transição da hegemonia dos EUA para a China, ou uma nova competição hegemônica bipolar, como durante a Guerra Fria.

Até que ponto as crises democráticas em vários estados-nacionais, e a crise da ordem liberal internacional estão relacionadas? Pode-se afirmar que o novo contexto global tem gerado uma permissibilidade onde lideranças conservadoras autoritárias e de extrema-direita tem conseguido obter espaços ou mesmo respaldo internacional? Ainda que a dimensão estrutural global da crise da democracia no mundo contemporâneo seja cada vez mais evidente, relações sociais e políticas são complexas e multifacetadas, e fatores históricos, normativos e culturais são centrais para compreender não apenas a temporalidade e a profundidade das mudanças, mas também as particularidades das trajetórias.

As práticas sociais diárias de grupos e indivíduos, os espaços públicos discursivos, a conscientização cidadã sobre valores democráticos, e, portanto, a resistência às tendências de erosão da democracia se fortalece na consolidação de redes locais e globais de solidariedade, e na busca pela (re)ocupação dos espaços político-institucionais tradicionais, assim como os novos espaços digitais (Merkel & Lührmann 2021). No caso brasileiro, a base sociocultural doméstica do governo de Bolsonaro, e a distinção este governo e o 'Bolsonarismo' é central para compreensão da dimensão dos desafios democráticos para além dos ciclos eleitorais (NOBRE, 2020; ROCHA et al, 2021, AVRITZER et al, 2021). Compreender estes fenômenos complexos e se posicionar frente às mudanças em curso de forma a fortalecer os princípios democráticos segue sendo um desafio intelectual e político.

Referências bibliográficas

ACHARYA, A. Asia after the liberal international order. *East Asia Forum Quarterly*, Vol. 10, No. 2, p. 3-5, 2018.

AVRITZER, Leonardo, KERCHE, Fábio and MARONA, Marjorie. **Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política**, Autêntica Editora, 2021.

BERNAERTS, Kamil; BLANCKAERT, Benjamin & CALUWAERTS, Didier. **Institutional design and polarization. Do consensus democracies fare better in fighting polarization than majoritarian democracies?**, *Democratization*, 2022, DOI: 10.1080/13510347.2022.2117300.

BÖRZEL, T. A., & ZÜRN, M. Contestations of the liberal international order: From liberal multilateralism to postnational liberalism. *International Organization*, 75(2), p. 282-305, 2021.

BROWN, W. **In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West**. Columbia University Press, 2019.

CASTELLS, M. **Rupture: The crisis of liberal democracy**. John Wiley & Sons, 2018.

DAHL, Robert A. **Polyarchy, Participation and Opposition**. Yale University Press, 1971.

HELD, D. **Models of democracy**. Polity, 2006.

HUNTINGTON, S. P. **The third wave: Democratization in the late twentieth century**. University of Oklahoma press, 1991.

IKENBERRY, G. J. The end of liberal international order?. *International Affairs*, 94(1), 7-23, 2018.

IKENBERRY, G. J. The next liberal order. *Foreign Aff.*, 99, 133, 2020.

KURKI, M. Democracy and conceptual contestability: Reconsidering conceptions of democracy in democracy promotion. *International Studies Review*, 12(3), 362-386, 2010.

DIAMOND, Larry. **Democratic regression in comparative perspective: scope, methods, and causes**, *Democratization*, 28:1, p. 22-42, 2021. DOI: 10.1080/13510347.2020.1807517

LEVITSKY, S., & ZIBLATT, D. **How democracies die**. Broadway Books, 2018.

MERKEL, Wolfgang & LÜHRMANN, Anna. Resilience of democracies: responses to illiberal and authoritarian challenges. *Democratization*, 28:5, p. 869-884, 2021. DOI: 10.1080/13510347.2021.1928081.

MERKEL, Wolfgang. New Crises: Science, Morality, and Democracy in the 21st Century. *Philosophy and Society* 33 (1), p. 265–277, 2022.

MOUFFE, C. **For a left populism**. Verso Books, 2018.

MUDE, C., & Kaltwasser, C. R. **Populism: A very short introduction**. Oxford University Press, 2017.

NOBRE, M. **Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia**. Todavia, 2020.

NORRIS, P., & INGLEHART, R. **Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism**. Cambridge University Press, 2019.

PEVEHOUSE, J. C. **Democracy from above: Regional organizations and democratization**. Cambridge University Press, 2005.

ROCHA, Camila, Esther SOLANO, Jonas MEDEIROS, **The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil**. Springer, Cham 2021, p. 154. ISBN 978-3-030-79652-5.

RUGGIE, John Gerard. International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order. *International Organization*, 36, Spring 1982.

Sanahuja, José Antonio, and Camilo López Burian. La nueva extrema derecha neopatriota latinoamericana: el internacionalismo reaccionario y su desafío al orden liberal internacional. *Conjuntura Austral, Journal of the Global South*, v.11, nr.55, p. 22-34, 2020.

Stephen, M. D., & Zürn, M. (Eds.). **Contested world orders: Rising powers, non-governmental organizations, and the politics of authority beyond the nation-state**. Oxford University Press, USA, 2019.

Stuenkel, O. **The BRICS and the future of global order**. Lexington Books, 2020.

Van der Vleuten, A., & Hoffmann, A. R. Explaining the enforcement of democracy by regional organizations: Comparing EU, Mercosur and SADC. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 48 (3), 737-758, 2010.

Andrea Ribeiro Hoffmann é Professora Associada do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e participante da Jean Monnet Network “Crisis-Equity-Democracy for Europe and Latin America” (<https://jeanmonnetcrisisequitydemocracy.com/>). Sua pesquisa foca as áreas de legitimidade e democracia na política internacional, regionalismo comparado e relações entre Europa e América Latina.